

CAPÍTULO 1

FICHAS DE QUALIFICAÇÃO DE INDICADORES

INDICADORES DEMOGRÁFICOS

POPULAÇÃO TOTAL -----
RAZÃO DE SEXOS -----
CRESCIMENTO POPULACIONAL -----
URBANIZAÇÃO -----
FECUNDIDADE TOTAL -----
FECUNDIDADE ESPECÍFICA -----
TAXA DE NATALIDADE -----
MORTALIDADE PROPORCIONAL POR IDADE -----
MORTALIDADE PROPORCIONAL MENORES UM ANO -----
TAXA BRUTA DE MORTALIDADE -----
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER -----
ESPERANÇA DE VIDA AOS 60 ANOS -----
PROPORÇÃO DE MENORES DE CINCO ANOS -----
PROPORÇÃO DE IDOSOS -----
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO -----
RAZÃO DE DEPENDÊNCIA -----

POPULAÇÃO TOTAL

1. Conceituação

Número total de pessoas residentes em determinado espaço geográfico no ano considerado.

2. Interpretação

Expressa a magnitude do contingente demográfico.

3. Usos

- ⌘ Prover o denominador para cálculo de taxas de base populacional.
- ⌘ Dimensionar a população alvo de ações e serviços.
- ⌘ Orientar a alocação de recursos públicos (exemplo: o financiamento de serviços em base per capita).
- ⌘ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social.

4. Limitações

- ⌘ Eventuais falhas de cobertura na coleta direta de dados demográficos.
- ⌘ Imprecisões inerentes à metodologia utilizada na elaboração de estimativas e projeções demográficas para períodos intercensitários.
- ⌘ Projeções demográficas perdem precisão à medida que se distanciam do ano de partida utilizado no cálculo.
- ⌘ Estimativas para um determinado ano estão sujeitas a correções decorrentes de novas informações demográficas.

5. Fonte

- IBGE:
- ⌘ Censo Demográfico, previsto para ser realizado a cada 10 anos. Os três últimos censos foram realizados em 1980, 1991 e 2000.
 - ⌘ Contagem da População, em 1996.
 - ⌘ Projeções demográficas a partir de bases censitárias, elaboradas anualmente para o Tribunal de Contas da União e adotadas oficialmente pelo País.

Observação: outras estimativas demográficas, como as procedentes de pesquisas amostrais, são utilizadas para o cálculo de alguns indicadores.

6. Método de cálculo

Utilização direta da base de dados, expressando-se os resultados em números absolutos e percentuais. As populações adotadas para o cálculo dos indicadores estão ajustadas ao meio do ano (dia 1º de julho). Nos anos censitários, são utilizadas as datas de referência de cada Censo.

7. Categorias sugeridas para análise

- ⌘ Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal, regiões metropolitanas e municípios das capitais.
- ⌘ Faixa etária: < 1 ano, um a quatro e, a partir desta faixa etária, agregações quinquenais até 79 anos, finalizando com o grupo de 80 anos e mais de idade.
- ⌘ Sexo: masculino e feminino.
- ⌘ Situação do domicílio: urbana e rural, para os anos censitários.

8. Dados estatísticos e comentários

População residente e sua distribuição proporcional.
Brasil e grandes regiões – 1991, 1996 e 2000.

Região	1991		1996		2000	
	Nº hab (x mil)	%	Nº hab (x mil)	%	Nº hab (x mil)	%
Brasil	146.825	100,0	157.079	100,0	169.799	100,0
Norte	10.031	6,8	11.290	7,2	12.901	7,6
Nordeste	42.498	29,0	44.768	28,5	47.742	28,1
Sudeste	62.740	42,7	67.003	42,6	72.412	42,6
Sul	22.129	15,1	23.517	15,0	25.108	14,8
Centro-Oeste	9.428	6,4	10.501	6,7	11.637	6,9

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1991), Contagem da População (1996) e Censo Demográfico 2000.

A distribuição proporcional da população por regiões praticamente não se altera no período analisado. As regiões Sul e Sudeste contam com mais da metade da população (57,4% em 2000) e, a Nordeste, com pouco menos de um terço (28,1% no mesmo ano). As regiões Norte e Centro-Oeste – áreas de expansão de fronteira econômica – aumentaram levemente a sua participação (de 13,2%, em 1991, para 14,5%, em 2000).

RAZÃO DE SEXOS

1. Conceituação

Número de homens para cada grupo de 100 mulheres, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- ⇒ Expressa a relação quantitativa entre os sexos. Se igual a 100, o número de homens e de mulheres se equivalem; acima de 100, há predominância de homens e, abaixo, predominância de mulheres.
- ⇒ O indicador é influenciado por taxas de migração e de mortalidade diferenciadas por sexo e idade.

3. Usos

- ⇒ Analisar variações geográficas e temporais na distribuição da população por sexo.
- ⇒ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, segurança e emprego.
- ⇒ Auxiliar na compreensão de fenômenos sociais relacionados a essa distribuição (migrações, mercado de trabalho, organização familiar, morbimortalidade).
- ⇒ Identificar necessidades de estudos de gênero sobre os fatores condicionantes das variações encontradas.

4. Limitações

Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à coleta de dados demográficos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.

5. Fonte

- IBGE:
- ⇒ Censo Demográfico, Contagem da População e projeções demográficas.
 - ⇒ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{número de residentes do sexo masculino}}{\text{número de residentes do sexo feminino}} \times 100$$

7. Categorias sugeridas para análise

- ≡ Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal, regiões metropolitanas e municípios das capitais.
- ≡ Faixa etária: < 1 ano, um a quatro e, a partir desta faixa etária, agregações quinquenais até 79 anos de idade, finalizando com o grupo de 80 anos e mais de idade.
- ≡ Situação do domicílio: urbana e rural.

8. Dados estatísticos e comentários

Razão de sexos (por 100).
Brasil e grandes regiões – 1991, 1996 e 2000.

Região	1991	1996	2000
Brasil	97,5	97,3	96,9
Norte	103,3	102,9	102,6
Nordeste	95,7	95,8	96,2
Sudeste	97,0	96,5	95,8
Sul	98,5	98,2	97,6
Centro-Oeste	100,8	100,2	99,4

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1991), Contagem da População (1996) e Censo Demográfico 2000.

A maioria da população brasileira é composta de pessoas do sexo feminino, reflexo da sobremortalidade masculina, sobretudo nas faixas etárias jovens e adultas, decorrentes da alta incidência de óbitos por causas violentas. Apenas na região Norte e, até 1996, na Centro-Oeste, a proporção de homens sobrepassa a de mulheres por razões socioeconômicas que condicionam o emprego majoritário de mão-de-obra masculina.

TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

1. Conceituação

- ∞ Percentual de incremento médio anual da população residente, em determinado espaço geográfico, no período considerado.
- ∞ O valor da taxa refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos, em geral correspondentes aos censos demográficos.

2. Interpretação

- ∞ Indica o ritmo de crescimento populacional.
- ∞ A taxa é influenciada pela dinâmica da natalidade, da mortalidade e das migrações.

3. Usos

- ∞ Analisar variações geográficas e temporais do crescimento populacional.
- ∞ Realizar estimativas e projeções populacionais, para períodos curtos de tempo.
- ∞ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas específicas (dimensionamento da rede física, previsão de recursos, atualização de metas).

4. Limitações

- ∞ Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à coleta de dados demográficos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.
- ∞ A utilização da taxa em projeções populacionais para anos distantes do último censo demográfico pode não refletir alterações recentes da dinâmica demográfica. Essa possibilidade tende a ser maior em populações pequenas.

5. Fonte

- IBGE: ∞ Censo Demográfico, Contagem da População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas.

6. Método de cálculo

- ∞ As estimativas de crescimento da população são realizadas pelo método geométrico.

- Em termos técnicos, subtrai-se 1 da raiz enésima da população final, dividida pela população no começo do período considerado, multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período.

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas. Municípios das capitais, para anos censitários.

8. Dados estatísticos e comentários

Taxa média geométrica de crescimento anual (%) da população residente.
Brasil e grandes regiões – 1980/91 e 1991/2000.

Região	1980/1991	1991/2000
Brasil	1,93	1,64
Norte	3,85	2,86
Nordeste	1,83	1,31
Sudeste	1,77	1,62
Sul	1,38	1,43
Centro-Oeste	3,01	2,39

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1980, 1991 e 2000).

Entre os períodos de 1980/91 e de 1991/2000, houve declínio expressivo das taxas anuais de crescimento populacional, determinado principalmente pela redução da fecundidade. Apenas na região Sul isso não foi observado.

As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam os valores mais elevados nos dois períodos, refletindo atividades de expansão econômica, atrativas de influxos migratórios. A região Nordeste mostra a menor taxa de crescimento na década de 1990, mesmo apresentando níveis de fecundidade ainda elevados, o que se deve principalmente à emigração para outras regiões do País.

GRAU DE URBANIZAÇÃO

1. Conceituação

Percentual da população residente em áreas urbanas, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

Indica a proporção da população total que reside em áreas urbanas, segundo a divisão político-administrativa estabelecida no nível municipal.

3. Usos

- ∞ Acompanhar o processo de urbanização da população brasileira, em diferentes espaços geográficos.
- ∞ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbana.

4. Limitações

- ∞ Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à coleta de dados demográficos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.
- ∞ Variações na aplicação dos critérios de classificação da situação do domicílio no nível municipal.

5. Fonte

- IBGE: ∞ Censo Demográfico, Contagem da População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas.

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{população urbana residente}}{\text{população total residente}} \times 100$$

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas.

8. Dados estatísticos e comentários

Grau de urbanização (%).
Brasil e grandes regiões – 1991, 1996 e 2000.

Região	1991	1996	2000
Brasil	75,6	78,4	81,3
Norte	59,0	62,4	69,9
Nordeste	60,7	65,2	69,1
Sudeste	88,0	89,3	91,0
Sul	74,1	77,2	80,9
Centro-Oeste	81,3	84,4	86,7

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1991), Contagem da População (1996) e Censo Demográfico 2000.

A concentração urbana é mais acentuada nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. As regiões Norte e Nordeste, menos desenvolvidas, apresentam menor concentração urbana, com exceção do Amapá, onde a taxa atingiu 89% em 2000.

TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL

1. Conceituação

- ≡ Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico.
- ≡ A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos.

2. Interpretação

- ≡ Esse indicador é o principal determinante da dinâmica demográfica, não sendo afetado pela estrutura etária da população. Expressa a situação reprodutiva de uma mulher pertencente a uma coorte hipotética, sujeita às taxas específicas de fecundidade por idade, observadas na população em estudo, supondo-se a ausência de mortalidade nesta coorte.
- ≡ Taxas inferiores a 2,1 são sugestivas de fecundidade insuficiente para assegurar a reposição populacional.
- ≡ O decréscimo da taxa pode estar associado a vários fatores, tais como: urbanização crescente, redução da mortalidade infantil, melhoria do nível educacional, ampliação do uso de métodos contraceptivos, maior participação da mulher na força de trabalho e instabilidade de emprego.

3. Usos

- ≡ Avaliar tendências da dinâmica demográfica e realizar estudos comparativos entre áreas geográficas e grupos sociais.
- ≡ Realizar projeções de população, levando em conta hipóteses de tendências de comportamento futuro da fecundidade.
- ≡ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, trabalho e previdência social, com projeções demográficas que orientem o redimensionamento da oferta de serviços, entre outras aplicações.

4. Limitações

- ≡ Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à coleta de dados demográficos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.
- ≡ O número de nascidos vivos obtido de sistemas de registro contínuo está sujeito a correções para o cálculo da taxa, em função da subenumeração de dados em muitas áreas do País.
- ≡ O cálculo do indicador para anos intercensitários depende da disponibilidade de estimativas confiáveis do número de mulheres por faixas etárias do período reprodutivo.

5. Fonte

IBGE: ≡ Censo Demográfico, Contagem da População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas, e estatísticas do Registro Civil.

Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

6. Método de cálculo

- ≡ A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 15 a 49 anos de idade.
- ≡ As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo.
- ≡ O cálculo das taxas de fecundidade específica é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, essas taxas são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais.

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados e Distrito Federal.

8. Dados estatísticos e comentários

Taxa de fecundidade total.
Brasil e grandes regiões – 1991, 1996 e 1999.

Região	1991	1996	1999
Brasil	2,73	2,40	2,30
Norte	3,99	3,28	3,10
Nordeste	3,38	2,72	2,54
Sudeste	2,28	2,13	2,10
Sul	2,45	2,21	2,14
Centro-Oeste	2,60	2,23	2,13

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1991) e projeções populacionais para Brasil e grandes regiões, 1991-2020.

No período, observa-se continuado declínio das taxas de fecundidade total, com maior intensidade nas regiões Norte e Nordeste, que entraram mais tardiamente no processo de transição demográfica. Em 1999, apenas na região Norte, as mulheres tinham, em média, mais de três filhos ao final do seu período reprodutivo. Na região Nordeste, esse patamar somente foi superado nos estados do Ceará e Alagoas (dados não constantes da tabela). As taxas para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste estavam próximas do limiar de reposição da população.

TAXA ESPECÍFICA DE FECUNDIDADE

1. Conceituação

- ⇒ Número médio de filhos nascidos vivos, por uma mulher, por faixa etária específica do período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- ⇒ A taxa pode ser apresentada por grupo de mil mulheres em cada faixa etária.

2. Interpretação

Mede a intensidade de fecundidade a que as mulheres estão sujeitas em cada grupo etário do período reprodutivo (15 a 49 anos de idade).

3. Usos

- ⇒ Analisar perfis de concentração da fecundidade por faixa etária.
- ⇒ Detectar variações das taxas nos grupos de maior risco reprodutivo, representados pelas faixas etárias extremas.
- ⇒ Calcular medidas sintéticas de fecundidade (taxa de fecundidade total, taxa bruta de reprodução e taxa líquida de reprodução).
- ⇒ Possibilitar o estudo dinâmico da fecundidade, mediante análise longitudinal.
- ⇒ Formular hipóteses de projeções populacionais.
- ⇒ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação da atenção materno-infantil (oferta de serviços e ações para grupos de risco).

4. Limitações

- ⇒ Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à coleta de dados demográficos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.
- ⇒ O número de nascidos vivos obtido de sistemas de registro contínuo está sujeito a correções para o cálculo da taxa, em função da subnumeração de dados em muitas áreas do País. Essa correção dificilmente é disponível para áreas geográficas pequenas, sendo requeridos métodos indiretos para estimar o número de nascimentos.
- ⇒ O cálculo do indicador para anos intercensitários depende da disponibilidade de estimativas confiáveis do número de mulheres por faixas etárias do período reprodutivo.

5. Fonte

- IBGE: ⇒ Censo Demográfico, Contagem da População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas, e estatísticas do Registro Civil.
- Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{número de filhos nascidos vivos de mães residentes e de determinada faixa etária}^*}{\text{população total feminina residente, desta mesma faixa etária}}$$

* A taxa pode ser apresentada por grupo de mil mulheres em cada faixa etária.

Indiretamente, a taxa é obtida por metodologia demográfica aplicada a dados censitários e pesquisas especiais.

7. Categorias sugeridas para análise

- ⌘ Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados e Distrito Federal.
- ⌘ Faixa etária de mães: 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44 e 45-49 anos de idade.

8. Dados estatísticos e comentários

Taxa específica de fecundidade (por mil mulheres da faixa etária).
Brasil e grandes regiões – 1999.

Região	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
Brasil	87,3	155,5	115,1	65,4	30,2	10,7	2,3
Norte	124,2	214,2	148,8	77,6	40,8	18,1	4,7
Nordeste	92,7	170,1	125,8	73,1	37,0	14,6	4,1
Sudeste	78,0	138,8	108,1	60,2	27,0	7,4	1,2
Sul	78,2	137,2	104,0	70,5	26,8	12,7	2,5
Centro-Oeste	87,9	157,1	102,0	47,8	25,4	8,5	2,0

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1991) e projeções populacionais para Brasil e grandes regiões, 1991-2020.

O padrão de fecundidade observado é comum a todas as regiões, com maiores taxas no grupo de 20 a 24 anos de idade, seguido pelo de 25 a 29 anos de idade. A região Norte apresenta taxas mais elevadas em todas as idades. O peso da fecundidade, no grupo de jovens adolescentes (15 a 19 anos de idade), é significativo, particularmente na região Norte.

Historicamente, tem-se observado redução das taxas de fecundidade em idades maiores. Em 1999, mais de 50% da fecundidade total estava concentrada antes dos 25 anos de idade, enquanto, no início da década, esta proporção era de 44%.

TAXA BRUTA DE NATALIDADE

(COEFICIENTE GERAL DE NATALIDADE)

1. Conceituação

Número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- ≡ Expressa a frequência anual de nascidos vivos no total da população.
- ≡ A taxa bruta de natalidade é influenciada pela estrutura da população, quanto à idade e ao sexo.
- ≡ Taxas elevadas estão, em geral, associadas a baixas condições socioeconômicas e a aspectos culturais da população.

3. Usos

- ≡ Analisar variações geográficas e temporais da natalidade.
- ≡ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relativas à atenção materno-infantil.
- ≡ Possibilitar o cálculo do crescimento vegetativo ou natural da população, subtraindo-se, dessa taxa, a taxa bruta de mortalidade.
- ≡ Contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população.

4. Limitações

- ≡ O uso de dados derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da subnumeração de nascidos vivos, que é freqüente em áreas menos desenvolvidas.
- ≡ A base de dados demográficos utilizada para o cálculo do indicador pode apresentar imprecisões inerentes à coleta de dados ou à metodologia empregada para elaborar estimativas populacionais.
- ≡ As projeções demográficas perdem precisão à medida em que se distanciam dos anos de partida das projeções.
- ≡ Para comparar taxas entre populações de composição etária distinta, recomenda-se a prévia padronização de suas estruturas.
- ≡ A correlação desse indicador com a fecundidade exige cautela. Além de se referir apenas à população feminina, a taxa de fecundidade não é influenciada por variações na sua composição etária.

5. Fonte

IBGE: ≡ Censo Demográfico, Contagem da População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas.
Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{número total de nascidos vivos residentes}}{\text{população total residente}} \times 1.000$$

Observação: adota-se, no numerador, o número de nascidos vivos informados no Sinasc, desde que seja igual ou superior ao estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado (ver indicador do grupo F: razão entre nascidos vivos informados e estimados).

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados e Distrito Federal.

8. Dados estatísticos e comentários

Taxa bruta de natalidade (por mil)*.
Brasil e grandes regiões – 1991, 1996 e 1999.

Região	1991	1996	1999
Brasil	23,5	21,6	21,4
Norte	31,9	29,6	29,5
Nordeste	26,8	24,7	24,7
Sudeste	20,2	18,9	18,8
Sul	21,5	19,2	18,8
Centro-Oeste	24,4	21,6	21,1

* Dados não padronizados por idade e sexo.

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1991) e projeções populacionais Brasil e grandes regiões, 1991-2020.

No período, observa-se valores decrescentes para todas as regiões brasileiras. Como o indicador está fortemente influenciado pela estrutura etária da população, e os dados da tabela não estão padronizados, as comparações entre regiões devem ser apreciadas com reservas.

MORTALIDADE PROPORCIONAL POR IDADE

1. Conceituação

Distribuição percentual dos óbitos por faixa etária, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- ⌘ Mede a participação dos óbitos em cada faixa etária, em relação ao total de óbitos.
- ⌘ Elevada proporção de óbitos de menores de um ano de idade está associada a más condições de vida e de saúde.
- ⌘ O deslocamento da concentração de óbitos para grupos etários mais elevados reflete a redução da mortalidade em idades jovens – sobretudo na infância – e o conseqüente aumento da expectativa de vida da população.
- ⌘ Outras variações de concentração de óbitos sugerem correlação com a frequência e a distribuição de causas de mortalidade específica por idade e sexo.

3. Usos

- ⌘ Analisar variações geográficas e temporais da mortalidade por idade e sexo.
- ⌘ Contribuir para a avaliação dos níveis de saúde da população.
- ⌘ Identificar a necessidade de estudos sobre as causas da distribuição da mortalidade por idade.
- ⌘ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de saúde voltadas para grupos etários específicos.

4. Limitações

- ⌘ As bases de dados nacionais sobre mortalidade apresentam cobertura insatisfatória em muitas áreas do País, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.
- ⌘ A subenumeração de óbitos pode estar desigualmente distribuída entre as diversas faixas etárias, resultando distorções na proporcionalidade dos óbitos informados. Nas faixas etárias extremas (crianças e idosos), a subenumeração é geralmente mais elevada.
- ⌘ O aumento percentual de óbitos em uma ou mais faixas etárias pode decorrer, apenas, da redução da frequência em outras faixas.

5. Fonte

Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{número de óbitos de residentes, por faixa etária}}{\text{número total de óbitos de residentes, excluídos os de idade ignorada}^*} \times 100$$

* A exclusão dos óbitos de idade ignorada resulta em que o indicador seja referido ao total de óbitos com idade conhecida.

7. Categorias sugeridas para análise

- ⇒ Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal, regiões metropolitanas e municípios das capitais.
- ⇒ Faixas etárias: < 1, um a quatro e, a partir desta faixa etária, agregações quinquenais até 79 anos de idade, finalizando com o grupo de 80 anos e mais de idade.
- ⇒ Sexo: masculino e feminino.

8. Dados estatísticos e comentários

Mortalidade proporcional (%) por faixa etária (em anos)*.
Brasil e grandes regiões – 1990 e 1998.

Região	1990						1998					
	<1 a	1-4	5-9	10-19	20-59	60 e +	<1 a	1-4	5-9	10-19	20-59	60 e +
Brasil	11,9	2,2	0,9	2,9	32,4	49,7	7,8	1,4	0,6	2,8	33,2	54,2
Norte	21,4	5,3	1,8	4,5	31,0	35,9	15,6	3,1	1,3	4,7	33,5	41,8
Nordeste	16,5	3,6	1,1	2,7	27,4	48,7	11,1	2,0	0,8	3,1	29,8	53,2
Sudeste	9,8	1,5	0,7	2,9	34,7	50,4	6,0	1,0	0,4	2,6	34,8	55,2
Sul	9,0	1,5	0,8	2,6	30,9	55,2	5,6	1,1	0,5	2,1	31,0	59,7
Centro-Oeste	12,1	2,3	1,1	3,9	38,8	41,8	8,9	1,7	0,8	3,7	37,9	47,0

* A partir dos 10 anos de idade, agrupamentos das faixas etárias descritas no item 7.
Fonte: Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Em todas as regiões brasileiras observa-se, entre 1990 e 1998, significativo deslocamento da mortalidade proporcional para faixas etárias maiores, como resultado da redução da mortalidade infantil e do aumento da expectativa de vida. Essa transição está mais adiantada na região Sul, e incipiente na região Norte, seguida da região Nordeste.

MORTALIDADE PROPORCIONAL POR IDADE, EM MENORES DE UM ANO

1. Conceituação

Distribuição percentual dos óbitos de crianças menores de um ano de idade, por faixa etária, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- ∞ Indica a participação dos óbitos de cada grupo etário selecionado, em relação aos óbitos de menores de um ano de idade.
- ∞ Expressa a composição da mortalidade infantil por períodos, neonatal (precoce e tardio) e pós-neonatal. Percentuais elevados de óbitos neonatais estão preponderantemente associados a fatores da gestação e do parto, enquanto, no período pós-neonatal, predominam as causas ambientais de óbitos.

3. Usos

- ∞ Analisar variações geográficas e temporais da distribuição dos óbitos infantis por faixa etária.
- ∞ Contribuir na avaliação dos níveis de saúde da população.
- ∞ Identificar a necessidade de estudos sobre as causas da distribuição da mortalidade por subgrupos da faixa etária de menores de um ano de idade.
- ∞ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de saúde voltadas para o componente materno-infantil da população.

4. Limitações

- ∞ As bases de dados nacionais sobre mortalidade apresentam cobertura insatisfatória em muitas áreas do País, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.
- ∞ A subenumeração de óbitos pode estar desigualmente distribuída entre as diversas faixas etárias, resultando distorções na proporcionalidade dos óbitos informados. Tem sido constatado que a subenumeração é mais elevada nos primeiros dias de vida.
- ∞ Outro viés observado é a declaração, como natimortos, dos óbitos ocorridos pouco após o nascimento.
- ∞ O aumento percentual de óbitos em determinada faixa etária pode significar, apenas, a redução da frequência em outras faixas.

5. Fonte

Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{número de óbitos de residentes menores de um ano de idade, por faixa etária}}{\text{número de óbitos de residentes menores de um ano, excluídos os de idade ignorada*}} \times 100$$

* A exclusão dos óbitos de idade ignorada resulta em que o indicador seja referido ao total de óbitos infantis com idade conhecida.

7. Categorias sugeridas para análise

- ⌘ Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal, regiões metropolitanas e municípios das capitais.
- ⌘ Faixa etária: 0 a 6 dias (período neonatal precoce), 7 a 27 dias (período neonatal tardio) e 28 a 364 dias (período pós-neonatal).

8. Dados estatísticos e comentários

Mortalidade proporcional (%) por grupo etário de menores de um ano de idade.
Brasil e grandes regiões – 1990 e 1998.

Região	0-6 dias (neonatal precoce)		7-27 dias (neonatal tardia)		28-364 dias (pós-neonatal)	
	1990	1998	1990	1998	1990	1998
Brasil	37,6	47,1	11,5	12,7	50,9	40,2
Norte	30,8	49,6	9,9	12,4	59,3	38,0
Nordeste	25,7	39,7	12,2	10,9	62,1	49,4
Sudeste	46,4	52,3	11,2	14,0	42,4	33,7
Sul	41,5	46,9	11,9	12,6	46,6	40,5
Centro-Oeste	42,2	51,1	11,3	14,1	46,5	34,8

Fonte: Ministério da Saúde: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM).

A tabela mostra nítida mudança na composição etária da mortalidade infantil, entre 1990 e 1998, em todas as regiões. Os óbitos infantis tendem a concentrar-se no período neonatal, sobretudo durante a primeira semana de vida, enquanto declina a proporção de mortes no período pós-neonatal. Esse perfil reflete a melhoria das condições de vida e a implementação de ações básicas de proteção da saúde infantil, reduzindo principalmente a mortalidade associada a fatores ambientais. Na região Nordeste sobressaem os óbitos pós-neonatais, enquanto os neonatais precoces são predominantes nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE

1. Conceituação

Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- ⌘ Expressa a frequência anual de mortes.
- ⌘ A taxa bruta de mortalidade é influenciada pela estrutura da população quanto a idade e sexo.
- ⌘ Taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total.

3. Usos

- ⌘ Analisar variações geográficas e temporais da mortalidade.
- ⌘ Possibilitar o cálculo do crescimento vegetativo ou natural da população, subtraindo-se, da taxa bruta de natalidade, a taxa bruta de mortalidade.
- ⌘ Contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população.

4. Limitações

- ⌘ O uso de dados de mortalidade derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da subenumeração de óbitos, que é frequente em áreas menos desenvolvidas.
- ⌘ Possíveis flutuações na enumeração de óbitos, sobretudo em áreas com número reduzido de eventos, recomendam o uso de médias trienais.
- ⌘ A base de dados demográficos utilizada para o cálculo do indicador pode apresentar imprecisões inerentes à coleta de dados ou à metodologia empregada para elaborar estimativas populacionais.
- ⌘ As projeções demográficas perdem precisão à medida em que se distanciam dos anos de partida das projeções.
- ⌘ Como a taxa é fortemente influenciada pela estrutura etária da população, a análise comparada entre populações de composição distinta exige padronização das estruturas etárias.

5. Fonte

Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

IBGE: ≡ Censo Demográfico, Contagem da População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas.

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{número total de óbitos de residentes}}{\text{população total residente}} \times 1.000$$

Observação: adota-se, no numerador, o número de óbitos informados no SIM, desde que seja igual ou superior ao estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado (ver indicador do grupo F: razão entre óbitos informados e estimados).

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados e Distrito Federal.

8. Dados estatísticos e comentários

Taxa bruta de mortalidade (por mil)*.
Brasil e grandes regiões – 1991, 1996 e 1999.

Região	1991	1996	1999
Brasil	7,7	7,0	7,0
Norte	6,3	5,6	5,5
Nordeste	9,4	8,0	7,9
Sudeste	7,3	7,0	7,1
Sul	6,7	6,4	6,4
Centro-Oeste	6,0	5,6	5,6

* Dados não padronizados por idade e sexo.

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1991) e projeções populacionais Brasil e grandes regiões, 1991-2020.

No período, observa-se valores decrescentes para todas as regiões brasileiras. Como esse indicador está fortemente influenciado pela estrutura etária da população, e os dados da tabela não estão padronizados, as comparações entre regiões devem ser apreciadas com reservas.

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

(EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER)

1. Conceituação

Número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- ⌘ Expressa a probabilidade de tempo de vida média da população.
- ⌘ Representa uma medida sintética da mortalidade, não estando afetada pelos efeitos da estrutura etária da população, como acontece com a taxa bruta de mortalidade.
- ⌘ O aumento da esperança de vida ao nascer sugere melhoria das condições de vida e de saúde da população.

3. Usos:

- ⌘ Analisar variações geográficas e temporais na expectativa de vida da população.
- ⌘ Contribuir para a avaliação dos níveis de vida e de saúde da população.
- ⌘ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de saúde e de previdência social, entre outras, relacionados com o aumento da expectativa de vida ao nascer (oferta de serviços, atualização de metas, cálculos atuariais).

4. Limitações

- ⌘ Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à coleta de dados demográficos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.
- ⌘ Para o cálculo da esperança de vida, são exigidas informações confiáveis de óbitos classificados por idade. Quando a precisão dos dados de sistemas de registro contínuo não é satisfatória, o cálculo deve basear-se em procedimentos demográficos indiretos, aplicáveis a áreas geográficas.

5. Fonte

- IBGE: ⌘ Censo Demográfico, Contagem da População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas.

6. Método de cálculo

A partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, toma-se o número correspondente a uma geração inicial de nascimentos (l_0) e determina-se o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração (T_0) até a idade limite. A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de T_0 por l_0 .

7. Categorias sugeridas para análise

- ≡ Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados e Distrito Federal.
- ≡ Sexo: masculino e feminino.

8. Dados estatísticos e comentários

Esperança de vida ao nascer, segundo sexo.
Brasil e grandes regiões – 1991, 1996 e 1999.

Região	1991			1996			1999		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Brasil	62,6	69,8	66,0	63,9	71,4	67,5	64,5	72,3	68,3
Norte	62,8	68,6	65,5	64,5	70,4	67,3	65,3	71,4	68,2
Nordeste	59,8	65,7	62,7	61,5	67,5	64,5	62,4	68,5	65,5
Sudeste	63,6	72,0	67,6	64,4	73,4	68,8	64,9	74,1	69,4
Sul	65,3	72,6	68,8	66,5	74,1	70,1	67,1	74,8	70,8
CentroOeste	64,0	70,4	67,0	65,3	71,9	68,4	66,0	72,7	69,2

Fonte: IBGE: projeções populacionais para Brasil e grandes regiões, 1991-2020.

A esperança de vida ao nascer vem aumentando em todas as regiões e em ambos os sexos. Os valores extremos correspondem às regiões Sul e Nordeste, porém esta última apresenta o maior número de anos de vida média ganhos desde o início do período. As mulheres têm expectativa de vida nitidamente mais elevada, devida à sobremortalidade masculina nas diversas idades.

ESPERANÇA DE VIDA AOS 60 ANOS DE IDADE

(EXPECTATIVA DE VIDA AOS 60 ANOS DE IDADE)

1. Conceituação

Número médio de anos de vida esperados para uma pessoa ao completar 60 anos de idade, mantido o padrão de mortalidade existente, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- ⇒ Expressa a probabilidade de vida a partir do momento de ingresso no grupo etário de idosos. Representa uma medida sintética da mortalidade nesta faixa etária.
- ⇒ Taxas maiores de sobrevivência da população idosa resultam em demandas adicionais para os setores de saúde, previdência e assistência social.

3. Usos

- ⇒ Analisar variações geográficas e temporais na expectativa de vida da população de idosos, por sexo, possibilitando análises comparativas da mortalidade nessa idade.
- ⇒ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas para os idosos, em especial de atenção à saúde e de assistência de seguridade social.

4. Limitações

- ⇒ Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à coleta de dados demográficos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.
- ⇒ Para o cálculo da esperança de vida, são exigidas informações confiáveis de óbitos classificados por idade. Quando a precisão dos dados de sistemas de registro contínuo não é satisfatória, o cálculo deve basear-se em procedimentos demográficos indiretos, aplicáveis a áreas geográficas.

5. Fonte

- IBGE: ⇒ Censo Demográfico, Contagem da População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas.

6. Método de cálculo

A partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, toma-se o número de indivíduos de uma geração inicial de nascimentos que completou 60 anos de idade (I60). Determina-se, a seguir, o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração, desde os 60 anos (T60) até a idade limite. A esperança de vida aos 60 anos de idade é o quociente da divisão de T60 por I60.

7. Categorias sugeridas para análise

- ≡ Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados e Distrito Federal.
- ≡ Sexo: masculino e feminino.

8. Dados estatísticos e comentários

Esperança de vida aos 60 anos de idade, segundo sexo.
Brasil e grandes regiões – 1991, 1996 e 1999.

Região	1991			1996			1999		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Brasil	15,2	18,3	16,7	15,7	18,9	17,3	15,9	19,3	17,6
Norte	15,4	18,0	16,6	15,9	18,6	17,2	16,2	19,0	17,5
Nordeste	14,7	16,7	15,7	15,2	17,3	16,3	15,4	17,7	16,6
Sudeste	15,6	19,1	17,4	15,9	19,7	17,9	16,1	20,1	18,1
Sul	15,3	19,1	17,2	15,8	19,8	17,8	16,0	20,2	18,2
CentroOeste	15,5	18,0	16,6	16,0	18,6	17,2	16,3	19,0	17,6

Fonte: IBGE: projeções populacionais para Brasil e grandes regiões, 1991-2020.

A esperança de vida aos 60 anos de idade vem aumentando progressivamente em todas as regiões brasileiras, em ambos os sexos. Os idosos da região Nordeste apresentam a menor esperança de vida, independente do sexo. Em todas as regiões, é constante a sobremortalidade masculina.

PROPORÇÃO DE MENORES DE CINCO ANOS DE IDADE NA POPULAÇÃO

1. Conceituação

Percentual de pessoas com menos de cinco anos de idade, na população total residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- ∞ Indica a participação relativa do segmento populacional de menores de cinco anos de idade no total da população.
- ∞ Esse indicador está associado aos níveis de fecundidade e natalidade, que repercutem na estrutura etária da população. Regiões com reduzidas taxas de fecundidade apresentam menor proporção de crianças abaixo de cinco anos de idade.

3. Usos

- ∞ Analisar variações geográficas e temporais na distribuição de crianças menores de cinco anos de idade.
- ∞ Contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação e assistência social de crianças em idade pré-escolar.

4. Limitações

Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à coleta de dados demográficos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.

5. Fonte

- IBGE: ∞ Censo Demográfico, Contagem da População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas.

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{número de crianças residentes menores de cinco anos de idade}}{\text{população total residente, excluída a de idade ignorada}^*} \times 100$$

* A exclusão de pessoas de idade ignorada resulta em que o indicador seja referido ao total da população com idade conhecida.

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas. Municípios das capitais (em anos censitários).

8. Dados estatísticos e comentários

Proporção (%) de crianças menores de cinco anos de idade na população residente.
Brasil e grandes regiões – 1991, 1996 e 1999.

Região	1991	1996	1999
Brasil	11,3	9,9	9,3
Norte	14,3	13,0	11,4
Nordeste	12,8	11,0	10,4
Sudeste	10,0	8,8	8,2
Sul	10,5	9,4	9,2
Centro-Oeste	11,5	10,3	9,7

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1991), Contagem da População (1996) e Pnad (1999).

O progressivo declínio da proporção de menores de cinco anos de idade, em todas as regiões do País, reflete a redução dos níveis de fecundidade. Esse fenômeno é mais evidente nas regiões Sudeste e Sul do País, que entraram há mais tempo no processo de transição demográfica.

PROPORÇÃO DE IDOSOS NA POPULAÇÃO

1. Conceituação

- ∞ Percentual de pessoas com 60 e mais anos de idade, na população total e residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- ∞ A definição de idoso como pessoa maior de sessenta anos de idade é estabelecida na legislação brasileira^{1, 2}.

2. Interpretação

- ∞ Indica a participação relativa de idosos na população geral.
- ∞ Reflete o ritmo de envelhecimento da população. O crescimento da população de idosos está associado à redução das taxas de fecundidade e de natalidade.

3. Usos

- ∞ Analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idosos.
- ∞ Contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação e assistência social de idosos.

4. Limitações

- ∞ Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à coleta de dados demográficos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.
- ∞ As migrações seletivas por idade exercem influência na composição desse grupo populacional.

5. Fonte

- IBGE: ∞ Censo Demográfico, Contagem da População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas.

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{número de pessoas residentes de 60 e mais anos de idade}}{\text{população total residente, excluída a de idade ignorada*}} \times 100$$

* A exclusão das pessoas de idade ignorada resulta em que o indicador seja referido ao total da população com idade conhecida.

¹ Brasil. Lei N.º 8842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso. Está regulamentada pelo Decreto N.º 1948, de 3 de julho de 1996.

² Outros indicadores, como o Índice de Envelhecimento e a Razão de Dependência, consideram idosas as pessoas de 65 anos e mais de idade.

7. Categorias sugeridas para análise

- ⌘ Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas. Municípios das capitais, em anos censitários.
- ⌘ Sexo: masculino e feminino.

8. Dados estatísticos e comentários

Proporção de Idosos (60 anos e mais de idade), na população residente (%), segundo sexo. Brasil e grandes regiões – 1992, 1996 e 1999.

Região	1992			1996			1999		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Brasil	7,2	8,5	7,7	7,9	9,3	8,6	8,3	9,8	9,1
Norte	4,9	5,2	5,1	5,5	6,1	5,8	5,9	6,3	6,1
Nordeste	7,5	8,6	8,1	7,9	9,0	8,5	8,2	9,4	8,8
Sudeste	7,6	9,3	8,4	8,3	10,2	9,3	8,9	11,0	10,0
Sul	7,3	8,3	7,8	8,1	9,9	9,0	8,0	9,7	8,9
Centro-Oeste	5,3	5,3	5,3	6,0	5,9	6,0	6,9	7,0	7,0

Fonte: IBGE: Pnad - 1992, 1996 e 1999.

A proporção de pessoas de 60 e mais anos de idade na população geral vem apresentando tendência ascendente, em correspondência com a redução dos níveis de fecundidade e o aumento da esperança de vida ao nascer. A população idosa é predominantemente feminina, com maiores proporções nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, fato que está em parte associado à elevada mortalidade de jovens do sexo masculino, por causas externas.

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

1. Conceituação

Número de pessoas de 65 anos e mais de idade para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- ⇒ Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens.
- ⇒ Valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

3. Usos

- ⇒ Acompanhar a evolução do ritmo de envelhecimento da população, comparativamente entre áreas geográficas e grupos sociais.
- ⇒ Contribuir para a avaliação de tendências da dinâmica demográfica.
- ⇒ Subsidiar a formulação, gestão e avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde e de previdência social.

4. Limitações

- ⇒ Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à declaração de idades nos levantamentos estatísticos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.

5. Fonte

- IBGE: ⇒ Censo Demográfico, Contagem de População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas.

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{população residente de 65 e mais anos de idade}}{\text{população residente com menos de 15 anos de idade}} \times 100$$

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas. Municípios das capitais, em anos censitários.

8. Dados estatísticos e comentários

Índice de envelhecimento.
Brasil e grandes regiões – 1992, 1996 e 1999.

Região	1992	1996	1999
Brasil	15,5	18,7	21,0
Norte	8,2	10,8	11,5
Nordeste	14,9	16,7	18,4
Sudeste	18,0	22,2	25,8
Sul	15,7	20,1	21,2
Centro-Oeste	9,6	11,7	14,8

Fonte: IBGE: Pnad - 1992, 1996 e 1999.

Os dados da tabela mostram a participação crescente de idosos em relação aos jovens na população brasileira, o que reflete, principalmente, a redução dos níveis de fecundidade e o aumento da esperança de vida dos idosos. As regiões Sudeste e Sul, que se encontram mais adiantadas no processo de transição demográfica, apresentam os maiores índices. Os valores mais baixos nas regiões Norte e Centro-Oeste refletem a influência das migrações.

RAZÃO DE DEPENDÊNCIA

1. Conceituação

- ✎ É a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 65 anos e mais de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (15 a 64 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- ✎ A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependente (ver item 6).

2. Interpretação

- ✎ Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva.
- ✎ Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

3. Usos

- ✎ Acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população.
- ✎ Sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional.
- ✎ Subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

4. Limitações

- ✎ Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à declaração de idade nos levantamentos estatísticos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.
- ✎ O indicador pode não refletir, necessariamente, a razão de dependência econômica, em função de fatores circunstanciais que afetam o mercado de trabalho, seja pela incorporação de jovens e idosos, seja pela exclusão de pessoas em idade produtiva. Assim sendo, o indicador deve ser analisado em combinação com parâmetros econômicos.

5. Fonte

- IBGE: ✎ Censo Demográfico, Contagem de População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas.

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{população residente de 0-14 e de 65 e mais anos de idade}}{\text{população residente de 15-64 anos de idade}} \times 100$$

Nota: para calcular a Razão de Dependência Jovem e a Razão de Dependência de Idosos, considerar no numerador, respectivamente, apenas os jovens (menores de 15 anos) ou os idosos (65 anos e mais). O denominador da razão mantém-se constante.

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas. Municípios das capitais, em anos censitários.

8. Dados estatísticos e comentários

Razão de dependência.
Brasil e grandes regiões – 1991, 1996 e 2000.

Região	1991	1996	2000
Brasil	65,4	58,8	54,9
Norte	83,7	69,5	69,1
Nordeste	80,1	70,7	63,5
Sudeste	57,1	52,3	49,4
Sul	58,4	54,8	50,9
Centro-Oeste	62,7	56,1	51,9

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1991 e 2000) e Pnad (1996).

Observa-se gradativo declínio da razão de dependência, em todas as regiões brasileiras, o que está relacionado ao processo de transição demográfica. A redução dos níveis de fecundidade faz decrescer o contingente jovem da população, sem ser compensada pelo aumento de idosos. O denominador, por sua vez, ainda vem aumentando, pela incorporação de coortes provenientes de épocas de alta fecundidade. As regiões Norte e Nordeste apresentam maiores valores da razão de dependência, associados às taxas de fecundidade mais altas do País.